

## A Utopia da Divisão Equalitária do Poder nas Irmandades do Espírito Santo

Antonieta Costa

(Investigadora Independente)

**Citação:** Costa, Antonieta, "A Utopia da Divisão Equalitária do Poder nas Irmandades do Espírito Santo", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 10 (2009). ISSN 1645-958X. <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id05id164&sum=sim>>

Em 1478, quando nasce em Londres o grande ideólogo da igualdade social – Thomas More –, já nos Açores imperava a “Lei do Espírito Santo”, por virtude da grande difusão que lhe imprimiu o proselitismo franciscano dominante nas Ilhas durante o primeiro século do seu povoamento.

Nesse tempo, a experiência prática da “utopia”, no sentido que lhe dava More, de uma reforma social desejável, parecia impraticável ou inexequível. Esta aparente impossibilidade fundamentava-se num pressuposto enraizado no senso comum que ainda hoje profetiza a instalação de uma hierarquização (sempre que se estabelece uma interacção entre duas ou mais pessoas), com base no maior conhecimento e experiência de algumas sobre as outras. Tal previsão do senso comum ganha força e legitimidade com as experiências de Solomon Asch, nos Estados Unidos, a partir de 1951 (cf. Asch 1955 31-35). Todavia, a contestação dos resultados obtidos por Asch dá-se a partir do trabalho de Claude Fochoux e Serge Moscovici (1967), confirmado por estudos laboratoriais, que duraram mais de dez anos e foram posteriormente publicados por Moscovici (1976). Os referidos estudos provam, cientificamente, que as bases da sociedade influenciam o topo tanto quanto o inverso. Estes resultados reafirmam a existência de uma igualdade de posições de influência entre grupos sociais no acto do processo social, o que não impede, porém, que a ancestral convicção sobre a desigualdade prevaleça, continuando a considerar-se a igualdade social na construção da realidade social como uma “utopia” ou um ideal irrealizável. O presente estado de contestação revela até que ponto pode o senso comum transformar-se numa fonte enganadora de informação, ou seja, numa falácia. A possibilidade da existência de uma situação de igualdade social, no que diz respeito ao processo da construção da realidade social, tida como impossível de concretizar-se com sucesso, é, no entanto, comprovada através não só dos estudos realizados, mas, mais ainda, da prática das Irmandades do Espírito Santo que, na confirmação deste fenómeno, contam com uma longevidade reveladora de mais de quinhentos anos de duração (nos Açores).

Foi apenas sob a focagem do Poder e as suas dinâmicas que desenvolvi o meu trabalho de investigação junto das Irmandades do Espírito Santo da Ilha Terceira, Açores. Estudei-as através da psicologia-social e apenas na sua vertente sociológica, procurando isolá-las da sua natureza religiosa. Este procedimento, ao responder a exigências do método científico, o qual impõe restrições ao campo de análise que não se coadunam com a vastidão da matéria em estudo, contém um certo artificialismo que terá de ser levado em conta na análise dos resultados. Não obstante, considere, à partida, e por já ter começado a investigação durante o trabalho de licenciatura e de mestrado, que as dinâmicas do Poder, no interior destas entidades, tinham um valor heurístico tão importante que justificava os inconvenientes da referida abstracção.

Com efeito, os resultados<sup>1</sup> revelaram existir na estrutura das Irmandades o propósito, institucionalizado, de não permitir que a sobreposição de estatutos sociais – ou outras formas de transmissão do poder, como a liderança, o elitismo intelectual, etc. – impedissem a acção do “Irmão” (homem comum) de exercer uma total autonomia na realização do Culto. Neste contexto, os estatutos das Irmandades evidenciaram também uma imposição implícita de uma constante rotatividade do cargo de Imperador ou Mordomo. Este procedimento conduz implicitamente à concretização do ideal que enfatiza a participação de todos os membros da Irmandade nos destinos da mesma (aqui incluídas também as orientações teológicas que, no entanto, não foram estudadas).

Sob o ponto de vista científico, as Irmandades foram caracterizadas, no referido trabalho, não só como fontes de informação sobre factores determinantes no estabelecimento de estruturas horizontais (ou não hierarquizadas), como também foram apresentadas à comunidade científica nessa qualidade exemplar de modelos de uma distribuição equitativa de poder, que se apresenta como eficiente e efectiva, ao longo de um período de tempo que já é superior aos quinhentos anos, ou seja, como provas da exequibilidade da chamada “utopia”.

No domínio das ciências sociais, a experiência levada a efeito pelas Irmandades do Espírito Santo é

única e, como tal, de valor incalculável para a humanidade. Podemos mesmo considerá-la como uma pedra basilar no provimento de informação sobre o funcionamento dos sistemas de controlo na construção da realidade social, devido ao facto de estarem, por estatuto, isentas de qualquer influência hierarquizante.

Embora o nosso raciocínio, ainda informado pela “lógica do Poder”, não consiga apreender os princípios que regem um sistema social deste tipo, mesmo sendo extremamente simples, percebemos, todavia, que ele parece basear-se em princípios e em escalas de valores diferentes das utilizadas pelas nossas sociedades. Em função desta definição do objecto de estudo, a sua compreensão total exige que conheçamos esses valores e as suas escalas para que seja possível o seu entendimento, isto é, para que seja possível compreender a lógica por que se regem e, conseqüentemente, replicá-la em diversos contextos.

O prosseguimento deste trabalho de investigação e a análise das conseqüências que poderá ter por arrastamento no ambiente social são um imperativo para a comunidade científica. Considerando, por exemplo, a actual situação de estagnação do pensamento democrático e tendo em perspectiva a sua necessária evolução, quando nos encontramos numa época de transição entre um pensamento ainda quase feudal (na analogia de sujeição ao senhor e pela infantilidade e demissão do “homem comum” no que se refere aos processos do pensamento intuitivo) e, por outro lado, a vivência numa democracia que é factual na sua delegação de poderes, mas para a qual o pensamento social ainda não encontra alternativas legítimas (debatendo-se com o problema da justificação da participação do “homem comum” ou o paradoxo, no qual este é sempre considerado incapaz de decisões, enquanto não obtém um nível escolar elevado, deixando então de ser “homem comum”), percebe-se a urgência e necessidade de uma mudança ou evolução na direcção da aceitação de outros modos de pensamento para além do pensamento lógico dedutivo.

É nesta situação de impasse em que nos encontramos (devido ao facto de termos chegado ao fim da capacidade integrativa do modelo de pensamento em que temos vivido) que esta experiência de cinco séculos, das Irmandades do Espírito Santo, pode ser valiosa. Feita no silêncio do isolamento das ilhas e na quase clandestinidade religiosa (no que isto implica em constrangimentos e situações dificultadas), apresenta-se ainda assim, na sua total operacionalidade, como uma “utopia realizada”.

O meu trabalho não conseguiu chegar tão longe quanto eu gostaria, devido a vários factores, entre os quais saliento: o desinteresse da parte de instituições governamentais e académicas, a inexistência de estruturas académicas necessárias a este tipo de investigação e uma espécie de “incredulidade instalada” quanto ao realismo deste modelo de gestão.

Atrevo-me, porém, a sugerir, baseada apenas na minha intuição, alguns aspectos da natureza da igualdade aí instituída. Para estas entidades, os homens são, de facto, todos iguais, não nas suas características pessoais, nem nas suas capacidades intelectuais, que essas já se sabe que variam muito; mas sim no dever de participação na construção do mundo. Podemos perceber que, sem essa participação efectiva na vida da Irmandade, os seus membros consideram que o culto não se realiza ou é incorrecta a sua acção. Assim, o funcionamento de cada uma destas entidades depende sempre desse pensamento colectivo. Depreende-se então que as diferentes prestações provenientes das desigualdades de cada um poderão contribuir para uma variedade e versatilidade da obra construída que a conduz à perfeição (dentro do seu contexto), ou seja, à aceitação das diferenças e à compreensão das mesmas (desde que coerentes com os valores básicos) por toda a comunidade.

Verifica-se, pela actuação das Irmandades do Espírito Santo, que é na alquimia desta fusão de pareceres e visões diferentes (mesmo que, à partida, algumas pareçam menos importantes ou menos informadas que outras) que se consegue uma verdadeira unidade de resultados.

O facto de ter podido comprovar que o funcionamento das Irmandades do Espírito Santo se deve a esta (“nova”) dinâmica, não pertencente ao universo (conhecido) do *poder*, e sendo ela central na minha investigação, revelou-se de grande importância para futuros desenvolvimentos desta área, pelo que sugiro alguns aspectos a ter em conta:

1) Estratégias de alteração da opinião pública tendente a uma futura mudança dos entendimentos existentes no senso comum, em relação aos processos de construção da realidade social (que “naturalmente” não dependem de estruturas de poder). Trata-se, efectivamente, de uma informação junto dos *media* que podem ser um contributo importante.

2) Estas estratégias devem incluir uma desarticulação da velha crença do poder dominante. Só a partir da aceitação do facto de que todos contam na construção da realidade social poderão as sociedades incluir no domínio da gestão dos seus destinos a “utópica” participação de todos os seus membros, o que presentemente não acontece, principalmente devido à permanência activa da crença no poder dominante.

3) Dada a abertura e simplicidade de funcionamento que caracterizam as Irmandades do Espírito Santo,

seria de grande proveito promover estudos de carácter prático, isolando os factores determinantes deste funcionamento para o necessário aprofundamento e praticabilidade da transferência para a situação societal.

O “mistério” que envolve este funcionamento não nos permite, por agora, avançar em mais especulações. Porém, depreende-se que esta nova fonte de informação sobre o comportamento humano irá certamente providenciar uma revolução ou uma reorientação do futuro pensamento social, pois, imunizada dos desequilíbrios característicos da obra individualista, esta construção colectiva de uma realidade multifacetada evidencia saberes e prudência insuspeitados que necessitam de ser descobertos ou abertos à sociedade em geral.

### **Referências Bibliográficas**

Asch, S. E. (1955), "Opinions and social pressure", *Scientific American* 193, 31-35.

Costa, A. (1999), *O Poder e as Irmandades do Espírito Santo*, Rei dos Livros, Lisboa.

Moscovici, S. (1976), *Psychologie des Minorités Actives*, London, Academic Press and Presses Universitaires de France.

---

### **Nota**

<sup>1</sup> Cf. Costa, A. (1999), *O Poder e as Irmandades do Espírito Santo*, Rei dos Livros, Lisboa, síntese da tese de Doutoramento da autora. Para melhor pormenorização dos enquadramentos teóricos consultar a tese na íntegra: “Os Dois Paradigmas da Gestão pela Cultura”, Lisboa, ISCTE, 1998.